

SEU DINHEIRO

A RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA

Celso Ming

Qualquer que seja o seu resultado, a renegociação da dívida externa que agora se inicia acabará trazendo importantes consequências para a economia e para a vida de cada brasileiro. Se ela for bem-sucedida, o governo terá, no mínimo, mais espaço para reduzir a inflação, para aumentar as importações e modernizar o País. Se acabarem por conter uma boa dose de fracasso, a crise cambial tenderá a aumentar e, com ela, a recessão econômica.

Antes de aprofundar essa análise, convém fazer uma observação preliminar. É um equívoco afirmar que a dívida externa é responsável pelas principais mazelas da economia brasileira. É verdade que as despesas com os juros são hoje um peso insuportável para a economia, como também é verdade que, a partir de 1982, esse drama acabou emperrando a atividade econômica e criou inflação, à medida que deu prioridade às exportações, cortou investimentos essenciais, tirou verbas antes destinadas à saúde, à educação e ao saneamento básico.

Além disso, não se pode esquecer de que a dívida externa foi a principal responsável pelo grande crescimento da dívida interna e de sua filha bastarda, a ciranda financeira. É que o grande devedor em dólares são as empresas estatais e o setor público. Enquanto isso, o setor que consegue esses dólares lá fora são os exportadores, ou seja, basicamente empresas privadas. O mecanismo adotado para que essa transferência fosse possível foi o lançamento de títulos do Tesouro e o aumento da facilidade de sua renegociação no mercado secundário, por meio do **overnight**.

O nó

Mas, a rigor, a crise da economia brasileira — aprofundada, é verdade, pela dívida externa — é consequência de fatores bem mais amplos cujo principal nó está mesmo no déficit público e no mau gerenciamento da economia. Enfim, a crise é mais consequência de problemas internos do que externos.

É por isso que as tentativas le-



vadas adiante até aqui para resolver definitivamente a questão da dívida externa esbarraram na falta de confiança na política econômica.

Agora que foi deflagrada e aprofundada a arrumação da casa, o governo brasileiro passa a cuidar da renegociação da dívida externa. Primeiro, com o Fundo Monetário Internacional, depois, com o Clube de Paris, que é organismo que trata dos interesses dos credores oficiais (governos, bancos internacionais de desenvolvimento ou de financiamento de comércio exterior etc.). Por último, o governo pretende atacar a questão com os banquei-

ros internacionais privados, que respondem por praticamente 65% dos empréstimos feitos ao Brasil.

Retaguarda

Desta vez, há fatos novos que deverão ajudar em direção a uma solução mais duradoura nesse campo. O primeiro desses fatos novos é a mudança dos interesses do governo dos Estados Unidos, hoje bem mais inclinados a favorecer o comércio do que as finanças. Para entender melhor esse ponto, convém levar em conta que, em 1982, quando o Brasil quebrou, a

prioridade dos governos dos países industrializados foi dar apoio aos bancos privados internacionais: um calote em cadeia, do Brasil, do México, da Argentina e da Venezuela — para ficar com quatro países em desenvolvimento entre os maiores devedores do mundo — provocaria uma desarticulação do sistema financeiro mundial. No entanto, à medida que o problema dos bancos foi sendo resolvido e que eles passaram a fazer provisões contra atrasos de pagamento, aumentou a pressão de autoridades e pessoas importantes por uma redução das exigências aos países devedores,

cujo resultado prático estava sendo uma forte redução das importações (para pagamento da dívida) e, portanto redução dos negócios com eles.

A liberação das importações pelo Brasil no final de junho trouxe, como contrapartida, acenos especiais do presidente George Bush, de que não daria mais aos banqueiros a retaguarda dispensada pelo governo norte-americano em outras ocasiões. E isso poderá encorajar o Brasil a adotar uma linha mais dura com os bancos credores.

Aliás, uma análise mais acurada

da revisão do Orçamento da União revela a disposição do governo de não gastar este ano mais do que já gastou com dívida externa. Dos quase 17 bilhões de dólares entre compromissos vencidos e a vencer previstos para este ano, o governo não pretende pagar mais do que os 1,2 bilhão de dólares que já pagou. De todo modo, não há mesmo dinheiro para muito mais do que isso, uma vez que as reservas não ultrapassam hoje os 8 bilhões de dólares e, só de juros vencidos, há uma conta pendurada de 6 bilhões de dólares.

Sem moleza

Apesar da boa vontade demonstrada pelo governo norte-americano e pelas autoridades dos principais países da Europa percorridos na semana passada pela ministra da Economia, ninguém deve esperar **moleza** dos credores. O mínimo que poderão exigir será ainda mais austeridade, um combate ainda mais rigoroso contra a inflação e o aprofundamento do sacrifício — o que poderá significar até um prolongamento da recessão e de todos os seus efeitos colaterais, como desemprego, quebra dos negócios e também de empresas.

De qualquer maneira, se o problema da dívida externa for mesmo resolvido, com redução dos juros e do principal, esticamento do prazo de amortização e, principalmente, com entrada de dinheiro novo, uma série de consequências favoráveis poderá sobrevir logo em seguida: aumento das importações, redução da inflação, retorno dos investimentos, especialmente do Exterior, retorno ao País de capitais de brasileiros fugidos para outras capitais financeiras.

Se, ao contrário, o governo não conseguir um bom acordo nessa área externa ficará comprometida a atual política de modernização da economia porque o País não poderá mais expandir importações, terá que cortar investimentos inadiáveis e aprofundar a atual recessão econômica e, o que é pior, não terá nenhuma garantia de que estará livre da hiperinflação.